

BOLETIM DE

ANÁLISE DA CONJUNTURA

ANO 03 - Nº 32 - DEZEMBRO 2018



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

GOLPE CONTRA O ESTADO

INTERNACIONAL

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA

SOCIAL

ECONOMIA

TERRITORIAL

COMUNICAÇÃO

MOVIMENTOS SOCIAIS

APRESENTAÇÃO

O **Boletim de Análise da Conjuntura** deste mês é publicado em um momento histórico singular, que é refletido nos conteúdos de suas oito seções. Este mês se encerra o período do governo ilegítimo de Temer, resultado do golpe de Estado ocorrido em 2016, quando uma ampla coalizão política conservadora junto com uma articulação midiática-judicial-policial-empresarial interromperam o ciclo de governos democráticos que desde 2003 vinham impulsionando um projeto de inclusão social e soberania nacional.

Em janeiro de 2019 começará um governo saído das urnas. No entanto, a votação que lhe deu origem aconteceu em um clima institucional com elementos de Estado de exceção - como a prisão e censura de Lula - e a campanha eleitoral esteve dominada pela gigantesca manipulação da opinião pública. Esse governo promete a aplicação de um programa econômico neoliberal extremado e ambientalmente predatório, com políticas de marginalização e perseguição de setores sociais oprimidos e uma estratégia política de persecução fascizante contra os partidos e movimentos de esquerda, populares e democráticos. Trata-se de um imenso desafio para as forças democrático-populares.

O boletim traz um panorama do ano, como insumo para as discussões sobre as condições em que se darão as disputas em 2019. Na seção **Golpe contra o Estado** são analisados os dois anos do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer, que foi responsável por um dos maiores desmontes da estrutura do Estado e das empresas estatais de que se tem notícias na trajetória do país.

Na parte **Internacional** o Boletim faz um rastreamento dos principais acontecimentos no mundo, mês a mês ao longo de 2018, ano em que houve muitos sintomas de grande instabilidade internacional e de uma ofensiva de forças conservadoras em várias regiões do mundo.

Política e Opinião Pública dá destaque à prisão arbitrária de Lula e as manobras de Moro para mantê-lo como preso político, a percepção da farsa da Lava Jato e o fim do governo golpista para a opinião pública, bem como as principais medidas para consolidação do golpe. Traz também uma retrospectiva das eleições presidenciais de 2018, denunciando as manipulações que a promoveram.

Na seção **Social** os efeitos da austeridade fiscal são apresentados. Foram brutais os cortes na política social, fortes os impactos no mercado de trabalho e grandes os retrocessos com a estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano e aumento da pobreza e miséria. O ano de 2018, no entanto, se caracteriza por uma ampliação, agora no âmbito da opinião pública, das críticas não só às políticas públicas, mas aos objetivos de inclusão social em si. Faz-se neste texto um compilado das tendências do mercado de trabalho com enfoque nos trabalhadores, retrocessos na política social e nos objetivos de inclusão social.

Em matéria de **Economia** o período golpista capitaneado por Michel Temer chega ao fim de forma melancólica. Sua política econômica, dirigida por ilustres representantes do sistema financeiro, mostrou-se desastrosa e foi incapaz de reanimar a economia. A despeito das radicais reformas neoliberais que o “dream team” de economistas golpistas conseguiu implementar (reforma trabalhistas, congelamento dos gastos públicos federais, flexibilização da participação da Petrobras nos campos do pré-sal, entre outras), o suposto resgate da confiança não foi suficiente para reverter a anêmica demanda agregada. Ao fim e ao cabo, Temer e seus geniais ministros da área econômica conseguiram algo inédito: mantiveram a economia estagnada mesmo depois de um profundo mergulho recessivo.

No tema **Territorial** foi feita uma análise de resultados socioeconômicos relevantes, bem como do impacto de políticas públicas. Em consequência da história e política de ocupação do país, as diferentes realidades regionais sofrem de maneiras distintas cada decisão de políticas nacionais e de interesses do capital. Neste estudo optou-se por sintetizar as temáticas de meio ambiente e violência, as quais podem passar por trá-

gicas mudanças a partir de 2019. A análise inicia buscando mostrar o perigo que o uso excessivo de agrotóxicos representa para a mesa do brasileiro. Em seguida, apresenta a ameaça do desmatamento dos biomas brasileiros, provocado em grande parte pelo avanço do agronegócio nestes territórios. Mostrar outra face da violência, provando estatisticamente que a violência policial age como propulsora de mais violência e assassinatos, o inverso do papel que deveria cumprir.

Em **Comunicação**, as fake news que invadiram as redes sociais durante as eleições são tema de análise, bem como suas implicações para a democracia brasileira. Na imprensa internacional destacaram-se na cobertura sobre o Brasil a candidatura de Lula, a execução de Marielle Franco e a ascensão de Jair Bolsonaro. Na análise da imprensa tradicional brasileira, o tema foi o acirramento da perseguição ao PT e a Lula.

Para os **Movimentos Sociais** 2018 não foi um ano fácil. Mas foi um ano de muita luta que apontou para um novo caminho no campo democrático e popular do Brasil. Desde o golpe de 2016, a maior parte dos movimentos se encontrou com uma necessária mudança de seu eixo estratégico principal. Ficou para trás aquele cenário de diálogo e reconhecimento da representatividade social que os governos petistas davam aos movimentos sociais, com a oportunidade de uma construção estratégica de concertação e até mesmo de ações conjuntas, no que se chama parceria social.



GOLPE CONTRA O ESTADO



Em dois anos o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do governo Temer foi responsável por um dos maiores desmontes da estrutura do Estado e das empresas estatais de que se tem notícias na trajetória do país.

Um breve balanço das privatizações no governo Temer

O programa de privatizações iniciado em setembro de 2016 se propôs a transferir para a iniciativa privada 175 ativos públicos em dez setores estratégicos, totalizando 287,5 bilhões de reais. Em dezembro de 2018, os resultados mostram que foram conduzidos 91 processos de privatizações de bens públicos nos dez segmentos prioritários, mobilizando cerca de 144,3 bilhões, o que significa que 52% dos projetos foram levados a cabo e 50,1% do valor estimado foi o efetivamente auferido.

A combinação de muitos ativos e setores envolvidos, mas com poucos projetos concluídos, é sintoma do descompasso entre a voracidade política e a ineficiência de gestão que acompanham o programa. Os efeitos colaterais, portanto, poderiam ser ainda mais contundentes do que foram.

O PPI envolveu diversos modelos contratuais e regulatórios, tais como Parcerias Público-Privadas (PPP), arrendamentos, cessões, concessões, desestatizações e privatizações. Tais modalidades

podem ser divididas em projetos concluídos, em andamento e em prorrogação, abrangendo os seguintes setores: rodoviário, ferroviário, aeroportuário, portuário, distribuição de energia, transmissão de energia, geração hidrelétrica, óleo e gás, minérios e venda de outras empresas estatais e participações públicas.

Do ponto de vista dos projetos concluídos, o processo de desestatizações se concentrou fundamentalmente no setor de petróleo e energia e se configurou não apenas como um processo de privatização, mas de desnacionalização, com destaque para a intensificação da entrada de players globais como Estados Unidos, China, Inglaterra, Alemanha, Noruega e Índia.

No que se refere aos projetos prorrogados, tratavam-se fundamentalmente de concessões ordinárias de ferrovias e portos. No primeiro caso, o atraso se deveu à morosidade do governo em levar adiante suas próprias propostas e, no segundo, os

obstáculos passaram pelos cuidados provocados pelo escândalo dos portos, envolvendo a figura de Michel Temer.

Os projetos que permaneceram em andamento, nos quais se concentra o núcleo duro do PPI, foram objeto de tentativa de transferência do público para o privado: cinco empresas públicas por desestatização; treze aeroportos, nove rodovias e cinco ferrovias por concessão; dezesseis atividades portuárias por arrendamento; cinco distribuidoras de energia por privatização; além da realização de cinco rodadas de cessões de direito exploratório sobre minérios e duas rodadas de leilões de áreas do pré-sal e a sinalização de privatização do Sistema Eletrobras e outras empresas como Casa da Moeda, Loteria Instantânea Lotex e a Gestão de Rede de Comunicações do Comando da Aeronáutica (Comaer).

A justificativa oficial do governo para o desmonte das estruturas estatais foi de que a crise fiscal e a corrupção criaram um cenário que impôs como

necessidade o encolhimento do Estado. Tais justificativas são contestáveis por si mesmas, na medida em que desfazer um arranjo institucional de desenvolvimento é uma orientação que caminha na contramão das possibilidades de recuperação econômica do país.

No caso do governo Temer há ainda evidentes agravantes: o desmonte do Estado não veio acompanhado de melhora na situação fiscal tampouco de melhora no enfrentamento contra a corrupção. Ao contrário, os indicadores e escândalos dão notícia da piora nesses dois quesitos. Além disso, o descompasso entre as diretrizes políticas norteadas pela celeridade do desmonte e a operacionalização técnica marcada pela morosidade na transferência de bens públicos, acrescidas dos problemas oriundos da desnacionalização de recursos naturais estratégicos, feriram de maneira muito intensa o poder de atuação do Estado e diminuíram sobremaneira os instrumentos necessários para a retomada do bom desempenho econômico do país.



acesse
o canal **teve FPA** 

ENTREVISTAS - EVENTOS - TRANSMISSÕES AO VIVO

INTERNACIONAL



A parte Internacional faz um rastreamento dos principais acontecimentos no mundo, mês a mês ao longo de 2018, ano em que houve muitos sintomas de grande instabilidade internacional e de uma ofensiva de forças conservadoras em várias regiões do mundo.

Principais acontecimentos no mundo

Desde a posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em 2017, ele vem adotando medidas para dificultar o ingresso de imigrantes no país e tentar anular o direito de permanência dos que já vivem nos Estados Unidos. Foi assim que começou o ano, quando ele revogou o status de imigrantes legais de aproximadamente duzentos mil salvadorenhos que foram recebidos por razões humanitárias dezoito anos atrás, quando houve uma série de desastres naturais em El Salvador. Esta obsessão de Trump prossegue e, em novembro, adotou medidas violentas que contaram com o uso de gás lacrimogêneo para conter a Marcha dos Imigrantes composta por cerca de três mil hondurenhos que querem viver nos Estados Unidos, na fronteira com o México.

No mês de janeiro, o Partido Social Democrata alemão (SPD) aprovou iniciar negociações com o Partido Democrata Cristão (CDU), de Angela Merkel,

com vistas a compor um novo governo liderado por ela. Estas negociações resultaram na formação de um governo CDU-CSU e SPD, pela terceira vez, no meio do ano.

O rompimento político entre o novo presidente do Equador, Lenin Moreno, e seu antecessor, Rafael Correa, explicitou-se quando o primeiro convocou um plebiscito em fevereiro para revogar uma série de medidas adotadas no governo anterior e assediá-lo, como a limitação de mandatos em caso de reeleição, perda permanente de direitos políticos e de bens para condenados por corrupção. As propostas foram aprovadas e Rafael Correa é atualmente mais um ex-presidente progressista latino-americano que sofre perseguições da Justiça.

Neste mesmo mês houve o primeiro turno das eleições presidenciais na Costa Rica, onde o candidato da direita, Fabricio Alvarado, do Partido da Restauração Nacional (PRN), foi o mais votado gra-

ças a um programa conservador e ao apoio da comunidade evangélica do país. Conseguiu também eleger treze dos 57 integrantes do Parlamento. No entanto, no mês de abril ele perdeu no segundo turno para Carlos Alvarado, do partido governista, Partido da Ação Cidadã (PAC).

Fevereiro marcou também a renúncia do presidente da África do Sul, Jacob Zuma, e sua substituição pelo novo presidente do Conselho Nacional Africano (CNA), Cyril Ramaphosa, em preparação para as eleições de 2019.

O mês marcou também um gesto importante de aproximação entre as duas Coreias, quando uma delegação da Coreia do Norte participou da Olimpíada de Inverno realizada na Coreia do Sul. Foi o primeiro passo para uma série de outras iniciativas ao longo do ano, como a realização de uma Cúpula Bilateral de Chefes de Estado em Pyongyang, com a presença do presidente sul-coreano, Moon Jae-in, e posteriormente uma reunião realizada em Cingapura entre o presidente da Coreia do Norte, Kim Jong-un, e Donald Trump.

No mês de março ocorreram as eleições parlamentares na Itália, onde o Força Itália, liderado por Silvio Berlusconi, em composição com a Liga Norte e dois partidos menores de direita, obteve 37% dos votos, seguido pelo Movimento Cinco Estrelas (M5S), com 32,7%, e o Partido Democrático, com 22,9%. Este agora é oposição ao governo formado pela Liga Norte e o M5S, cuja principal marca é a xenofobia e o questionamento à União Europeia.

Ao mesmo tempo, houve eleições parlamentares na Colômbia, com ligeiro avanço da esquerda, além das prévias para definir as oito candidaturas presidenciais que se apresentaram no mês de maio. Passaram para o segundo turno, em junho, os candidatos Gustavo Petro, da esquerda, e o “uribista” Ivan Duque, que venceu o pleito. Além de dar continuidade às políticas neoliberais, ele questiona os acordos de paz assinados com as Farc.

A extrema direita confirmou seu favoritismo nas eleições húngaras em abril, com o Partido Fidesz, de Victor Orbán, obtendo 48,5% dos votos, além de 19,5% para seus aliados fascistas do Jobbik, dando-lhe amplos poderes inclusive para promover mudanças na Constituição.

O mês de abril também marcou a posse do novo presidente de Cuba, Miguel Diaz Canel, e a realização de protestos de sindicatos e estudantes na França contra as reformas neoliberais do presidente Emmanuel Macron. Estas foram aprovadas no Parlamento, mas atualmente ele enfrenta novos protestos violentos de um setor menos organizado da população, guardadas as proporções, parecido com os caminhoneiros do Brasil, que se tornou conhecido como os “Jalecos Amarelos”, vestimenta que os manifestantes utilizam ao protestar contra o aumento dos combustíveis e da eletricidade. Duas medidas que Macron acabou de revogar.

Na América Latina, o mês de abril terminou com os governos de direita na América do Sul suspendendo sua participação na Unasul, com o início de grandes protestos contra o governo na Nicarágua e a eleição de Mario Abdo, do Partido Colorado, como presidente do Paraguai.

O presidente da Venezuela, Nicolas Maduro, se reelegeu no mês de maio e, em agosto, implementou um plano econômico para tentar conter a alta inflação e o desabastecimento no país.

No mesmo mês, Trump mudou a embaixada dos Estados Unidos de Israel para Jerusalém, ação que o futuro governo brasileiro propôs imitar. Com o ato de mudar de Tel Aviv a maior representação política dos americanos em solo israelense para uma cidade sagrada também para os palestinos houve tensões na região e protestos. Mais de 55 manifestantes palestinos morreram e mais de dois mil ficaram feridos devido às ações do exército sionista.

No mesmo sentido desse ato de claro apoio a Israel que, na região do Oriente Médio, possui divergências com o Irã, Trump tirou os Estados Unidos do acordo nuclear assinado em 2015 com os iranianos dias antes da mudança da embaixada. Com isso, o Irã vem sofrendo desde então a escalada das sanções econômicas contra o país, o que o debilita tanto interna, quanto externamente.

Em junho, caiu o governo do Partido Popular (PP) de direita na Espanha, e o Psoe assumiu a condução do país, com seu presidente, Pedro Sanchez, à frente.

Neste mesmo momento, a reforma trabalhista de Michel Temer foi avaliada na Conferência Inter-

nacional do Trabalho da OIT e considerou-se que houve violação de uma série de Convenções ratificadas pelo Brasil.

Houve também eleições parlamentares na Turquia, e o Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), de Erdogan, sagrou-se vencedor. Ele assumiu a presidência do país com poderes redobrados graças a uma reforma política implementada anteriormente.

Em julho, o fato marcante foi a eleição para presidente do México de Andrés Manuel Lopez Obrador, do partido Morena, que também obteve a maioria no Senado e na Câmara de Deputados. Foi a primeira vez que um partido de esquerda venceu as eleições mexicanas. Ele assumiu o cargo em 1º de dezembro.

O *Lawfare* contra ex-presidentes progressistas na América Latina teve novos desdobramentos em agosto com a apresentação de cópias de cadernos onde um ex-funcionário de governo teria anotado supostos pagamentos de propinas de integrantes dos governos de Nestor e Christina Kirchner. Estes foram rotulados pela imprensa de “Cadernos K” e adicionados às acusações que pesam sobre a ex-presidenta e hoje senadora. Este país começou a enfrentar forte desvalorização cambial fruto de ataques especulativos que prosseguiram no período seguinte e levaram o governo a recorrer ao FMI.

No mês de agosto saiu uma decisão liminar do Comitê de Direitos Humanos da ONU para assegurar os direitos políticos do ex-presidente Lula, autorizando-o a concorrer às eleições presidenciais. Decisão esta de cumprimento obrigatório pelo Brasil, mas que foi solenemente ignorada.

Agosto terminou com os Estados Unidos e o México renegociando o Nafta em condições ainda mais favoráveis aos americanos por meio de novo acordo ao qual posteriormente o Canadá também aderiu, apesar dos atritos ocorridos entre o premiê, Justin Trudeau, e Donald Trump em discussões anteriores.

Os republicanos de Trump perderam a maioria na Câmara de Deputados nas eleições de meio de mandato, em novembro, para os democratas, mas mantiveram a maioria no Senado. O Partido Democrata também avançou com a conquista de alguns governos e assembleias legislativas estaduais, mas ainda está abaixo de 50% neste quesito. A possibilidade de um impeachment do presidente Trump devido ao suposto envolvimento de hackers russos a seu favor na campanha eleitoral de 2016 continua distante, pois requer o voto de dois terços da Câmara e do Senado, embora alguns de seus assessores tenham sido diretamente acusados e até presos, principalmente por mentirem sobre detalhes do caso.

Em novembro aconteceu também o anúncio pela primeira-ministra britânica, Theresa May, de uma proposta final do Brexit. Esta foi aprovada no final do mês pela Cúpula da União Europeia e agora precisa ser ratificada pelo Parlamento inglês, o que não será uma tarefa fácil já que, em torno da proposta, há vários rachas dentro do próprio partido de May, o conservador. A briga acontece, basicamente, entre uma ala que apoia a proposta e uma saída menos radical, e outra que argumenta a favor de um Brexit que corte todas relações entre as partes e acha que a atual proposta irá transformar o Reino Unido numa região tutelada da União Europeia.

O último evento internacional do ano foi a Cúpula do G-20, realizada ao final de novembro, em Buenos Aires, com modesta participação do governo brasileiro, ao contrário do que houve no auge da crise econômica, em 2008 e 2009, quando o governo Lula ajudava a dar o tom das decisões. Destacou-se, durante o evento, o encontro entre o presidente da China, Xi Jinping e o dos Estados Unidos, Donald Trump que aparentemente levou a uma trégua de noventa dias na guerra comercial entre os dois países.

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção traz uma retrospectiva dos principais fatos que marcaram o ano de 2018, com destaque para a prisão arbitrária de Lula e as manobras de Sérgio Moro para mantê-lo como preso político. Analisa a percepção da opinião pública sobre a farsa da Operação Lava Jato, bem como as principais medidas para consolidação do golpe. Faz também uma retrospectiva das eleições presidenciais de outubro de 2018, denunciando as manipulações que a marcaram.

Julgamento e prisão política de Lula

Um dos principais fatos da conjuntura nacional que marcaram o ano de 2018 foi a condenação em segunda instância do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no caso do apartamento triplex do Guarujá. O recurso foi a julgamento em 24 de janeiro no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em Porto Alegre, que, mesmo sem provas, decidiu manter a condenação do ex-presidente, aumentando a pena de nove para doze anos.

O julgamento foi mais um capítulo do processo que teve por objetivo impedir Lula de disputar as eleições e devolver ao povo brasileiro os direitos perdidos a partir do golpe de 2016. A partir daí inúmeros recursos foram colocados pela defesa, sempre negados, até que, em abril, Sergio Moro executou o mandato de prisão do ex-presidente Lula.

Depois de mais de 48 horas de resistência, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, em São Bernardo do Campo, cercado por amigos, companheiros do partido, lideranças políticas nacionais e internacionais e milhares de pessoas que o acompanharam nesses dois dias, Lula cumpriu a ordem de prisão

em 7 de abril, reafirmando sua inocência, de cabeça erguida e nos braços do povo. Desde então Lula permanece preso na sede da superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

A juíza Carolina Moura Lebbos ficou responsável pela execução penal da sentença do ex-presidente Lula e negou a ele uma série de direitos, entre eles a visita de governadores e senadores que pediram inspeção para verificar as condições de execução penal, permitindo acesso apenas a um grupo da Comissão dos Direitos Humanos do Senado; a visita de Adolfo Pérez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz de 1980, que invocou as Regras de Mandela mas também foi impedido de ter acesso a Lula em um primeiro momento, assim como o teólogo Leonardo Boff que ficou de plantão na porta da Polícia Federal em abril mas só conseguiu visitá-lo um mês depois. Até mesmo visitas para avaliação médica foram negadas e só permitidas um mês após sua prisão, colocando em risco a saúde do ex-presidente.

Em junho, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin retirou da Segunda Turma do Supremo e arquivou o recurso especial e extraor-

dinário contra o acórdão que condenou Lula e que pedia sua liberdade. A suspensão do recurso surpreendeu a todos pela velocidade da decisão de Fachin – quarrenta minutos após a homologação do STF, às vésperas do julgamento marcado pela presidência da Segunda Turma do STF para analisar o pedido de liberdade do ex-presidente, em que a defesa havia apresentado à vice-presidência da Corte memorial demonstrando a presença de todos os requisitos para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário.

Em junho, o ministro do STF Marco Aurélio Mello criticou o entendimento da Corte de autorizar a prisão após condenação em segunda instância e admitiu que a prisão de Lula “fere um dos artigos da Constituição”, é “ilegal” e “viola a Constituição brasileira”.

Em julho, durante seu plantão, o desembargador Rogério Favreto, do TRF-4, concedeu habeas corpus impetrado pelos deputados Wadih Damous, Paulo Pimenta e Paulo Teixeira, do PT, para Lula ter direito a participar das campanhas eleitorais, para que a população tivesse direito a eleições livres e democráticas. A ordem de Favreto foi desacatada pelo juiz Sérgio Moro, que interrompeu suas férias e afirmou que o desembargador, seu superior hierárquico, não tinha competência para soltar o ex-presidente Lula. Favreto expediu outro despacho determinando à Polícia Federal que cumprisse imediatamente a ordem de soltura, que foi negada pelo presidente do TRF-4, Carlos Eduardo Thompson Flores, em mais uma manobra da Justiça para manter Lula preso e impedido de disputar as eleições.

No dia de registro da candidatura de Lula, em 15 de agosto, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou pedindo que a sua candidatura fosse negada pelo Tribunal Superior Eleitoral e registrou pedido de impugnação. Todos os pedidos de impugnação da candidatura (mais de quinze) foram analisados pelo ministro Luís Roberto Barroso, até o prazo final de 17 de setembro.

Essas e outras inúmeras irregularidades, mostraram o quanto a “Justiça da Lava Jato” tem sido assimétrica, arbitrária e autoritária, capaz de atropelar qualquer direito democrático, e tornou claro o caráter político da prisão de Lula.

O Comitê de Direitos Humanos da ONU assinou

a liminar favorável aos direitos políticos de Lula e impôs obrigação legal internacional para que o Brasil os cumpra, já que é membro signatário do Comitê ONU. A luta segue com novas frentes pela libertação de Lula.

Percepção sobre a Lava Jato

Mesmo após a prisão do ex-presidente Lula, pesquisas de opinião pública indicaram o fortalecimento de sua imagem e o fracasso das teses vendidas pela grande imprensa. Mesmo como preso político, Lula se manteve na liderança, com os mais altos índices de intenção de voto, vencendo em todos os cenários para primeiro turno na primeira pesquisa realizada pelo Datafolha após sua prisão, com mais que o dobro das intenções de voto do segundo colocado, o deputado Jair Bolsonaro (PSL). Em junho, pesquisa do Instituto Análise, comandado por Alberto Carlos Almeida, revelou que 65% dos brasileiros avaliavam o governo que Lula fez entre 2003 e 2010 como “bom” e “ótimo”, um número semelhante àquele de quando ele estava no poder (66%, em 2004).

Em abril, a Ipsos apurou que 52% discordavam que a Lava Jato investiga todos os políticos e 47% achavam que ela não investiga todos os partidos; pela pesquisa Vox Populi, 52% acreditavam que Lula era tratado com mais rigor pelos juízes e de acordo com os dois institutos, respectivamente, 47% e 41% afirmaram que a Operação nada provou contra Lula. Em julho, após a intervenção de Moro para o descumprimento da concessão do habeas corpus pelo desembargador Favreto, a aprovação do juiz havia baixado para 37% e sua rejeição chegou a 55%.

O governo Temer abriu o ano de 2018 registrando 85% de avaliação negativa. Para encobrir o total fracasso na aprovação da Reforma da Previdência, em fevereiro, em meio a um suposto caos noticiado durante o carnaval no Rio de Janeiro, resolveu fazer uma intervenção militar na área de segurança e tentar recuperar parte de sua popularidade.

Em um primeiro momento, a maioria da população (69%) se disse favorável à intervenção federal e considerou uma decisão correta, mas apenas 13%, confiavam que a medida resolveria totalmente o

problema da violência e a percepção negativa sobre o governo Michel Temer permaneceu, sendo avaliado como ruim ou péssimo por 73,3%.

No carnaval, a escola de samba Império do Tuiuti foi quem melhor conseguiu retratar a insatisfação generalizada como governo, em um brilhante desfile na Marques de Sapucaí, que jamais será esquecido, com forte crítica social, denunciando o golpe.

Com elevada falta de credibilidade, o governo Temer, em seu final de mandato, ainda conseguiu aprovar alguns projetos importantes para a consolidação do golpe, entre eles, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 886/18, de Michel Temer, que pediu intervenção federal na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, o Projeto de Lei 3734/12, que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, o PL 8939/17, que permite à Petrobras transferir até 70% de seus direitos de exploração do pré-sal a outras petroleiras nas áreas de cessão onerosa e o PL 10332/18, que permite privatização de seis distribuidoras de energia controladas pela Eletrobras.

Em maio, uma greve dos caminhoneiros paralisou e estremeceu o país, mostrando toda a sua fragilidade, o que fez com que a Câmara aprovasse a Medida Provisória 832/18, que permite à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) fixar valor mínimo para o frete no transporte rodoviário de cargas e o PL 4860/16. Outra reivindicação dos caminhoneiros foi a isenção da cobrança de pedágio para caminhões com eixos suspensos, vazios ou com carga parcial, aprovada por meio da MP 833/18.

Eleições

Por fim, as eleições dominam o noticiário político na segunda metade do ano. O ano de 2018 foi marcado pela impugnação da candidatura do ex-presidente Lula, contrariando recomendação do Comitê de Direitos Humanos da ONU, além de fake news compartilhadas massivamente nas redes sociais e de modo ilegal, denúncias de uso de disparos de whatsapp via bases de dados ilegais e de financiamento por meio de caixa 2 na campanha do candidato eleito, Jair Bolsonaro.

Em junho o TSE divulgou a divisão do fundo eleitoral: o partido que teve o maior montante foi o MDB (234 milhões de reais), seguido do PT (212 milhões de reais) e PSDB (186 milhões de reais). O PDT, de Ciro Gomes, teve 61 milhões de reais, enquanto a Rede, de Marina, 10,6 milhões. Já o PSL de Bolsonaro possuía cerca de nove milhões. O centrão, composto por DEM, PP, PR, PRB, SD, PSD, PTB e PPS fechou apoio a Geraldo Alckmin, do PSDB, o que lhe garantiu o maior tempo de TV, mais de cinco minutos.

Em 15 de agosto, foi feito o registro da candidatura de Lula à presidência da República. No mesmo dia, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, se manifestou pedindo que a candidatura de Lula fosse negada pelo TSE. No momento de registro, as pesquisas o apontavam com 39% das intenções de voto, seguido por Bolsonaro, com 18%, Marina Silva, na terceira posição, com 6%, Alckmin e Ciro tecnicamente empatados, ambos com 5% a 6%. Jair Bolsonaro liderava o ranking de rejeição, com 39%, enquanto Lula aparecia com 34%.

Em 6 de setembro, Bolsonaro foi vítima de uma facada durante um comício na cidade de Juiz de Fora (MG). O fato manteve o candidato hospitalizado e afastado da campanha eleitoral, porém fortemente presente na mídia, sobretudo nos dias que se seguiram ao atentado. Poucos dias depois, em 11 de setembro, Fernando Haddad foi oficializado como candidato do PT, tendo Manuela D'Ávila, do PCdoB, como vice. Na ocasião, Lula escreveu uma carta pedindo “de coração, a todos que votariam em mim, que votem no companheiro Fernando Haddad para presidente da República”.

Bolsonaro disparou e terminou o primeiro turno com 46,03% dos votos válidos. Já Haddad, tão logo foi anunciada sua candidatura, saiu do patamar de 8% e terminou o primeiro turno com 29,28% dos votos válidos. Alckmin passou a campanha estacionado com menos de 10%, e terminou o primeiro turno amargando 4,76% dos votos válidos, contrariando as previsões sobre o papel do tempo de TV do candidato, enquanto Marina viu suas intenções de voto desidratarem de cerca de 15% para 1% dos votos válidos.

Jair Bolsonaro venceu as eleições no segundo turno com 57,8 milhões de votos, 55,13% dos votos váli-

dos. Fernando Haddad recebeu a votação de mais de 47 milhões de eleitores, o que corresponde a 44,87% dos votos válidos. O Nordeste mais uma vez garantiu altíssimos níveis de votação para um candidato do PT, em quantidade maior do que a soma dos votos obtidos no Sudeste e do Sul.

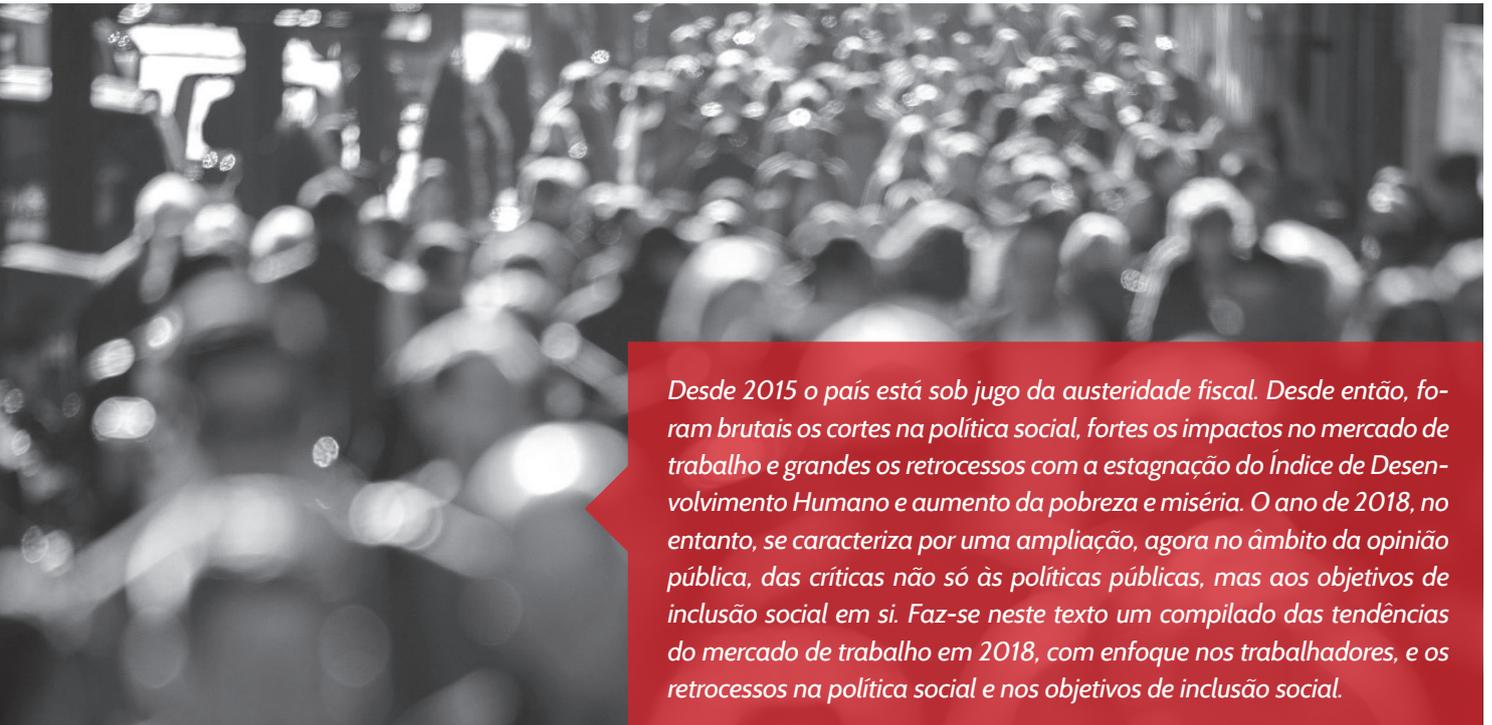
No Nordeste houve também o melhor desempenho do PT nas disputas para governador. O partido conquistou quatro governos estaduais: Bahia (Rui Costa), Ceará (Camilo Santana), Piauí (Wellington Dias) e Rio Grande do Norte (Fátima Bezerra). Foi a primeira vez que o PT venceu em todos os estados da região Nordeste, seja com candidaturas próprias ou com aliados.

As eleições de 2018 trouxeram grande renovação no Congresso Nacional. Mais da metade (52%) dos

deputados eleitos para a legislatura de 2019 a 2022 será composta por deputados estreantes no mandato (269 deputados). Essa também será a legislatura mais fragmentada, com representação de trinta partidos, dois a mais do que na última eleição, na qual 28 partidos tiveram assento. O PSDB foi o partido que sofreu maior perda, vinte a menos do que os 49 que possuía.

Apesar de o PT ter obtido o maior número de deputados, o novo Congresso pode ser considerado o mais conservador das últimas décadas. O crescimento da bancada evangélica, somado aos católicos, militares, ruralistas e grupos de direita, faz com que o número de deputados simpatizantes a Bolsonaro possa chegar a dois terços dos eleitos para a próxima legislatura.

SOCIAL



Desde 2015 o país está sob jugo da austeridade fiscal. Desde então, foram brutais os cortes na política social, fortes os impactos no mercado de trabalho e grandes os retrocessos com a estagnação do Índice de Desenvolvimento Humano e aumento da pobreza e miséria. O ano de 2018, no entanto, se caracteriza por uma ampliação, agora no âmbito da opinião pública, das críticas não só às políticas públicas, mas aos objetivos de inclusão social em si. Faz-se neste texto um compilado das tendências do mercado de trabalho em 2018, com enfoque nos trabalhadores, e os retrocessos na política social e nos objetivos de inclusão social.

Um ano difícil para os trabalhadores

O ano de 2018 não foi positivo para as trabalhadoras e os trabalhadores e para o avanço de políticas relativas à inclusão social. De um lado, avança o pensamento neoliberal e a defesa da austeridade; de outro, avança o conservadorismo como força política, que ataca os que lutam pela diminuição das desigualdades sociais, de gênero, raciais etc. Espera-se, em 2019, um aprofundamento da política econômica da austeridade, que até aqui não tem sido capaz de gerar mais empregos e mais ataques, não só às políticas sociais, mas aos objetivos de inclusão social no país.

Se é verdade que o governo Temer avançou nas pautas impopulares em 2018 (apesar de grande parte do “estrato” se concentrar em 2017), o quadro foi ofuscado pela eleição ocorrida em outubro último, que expressou um crescimento do conservadorismo e das forças pró-mercado no país.

Mercado de trabalho

Os dados da Pnad Contínua mais recentes apontam que a desocupação esteve em 11,7% no trimestre de agosto a outubro, 0,6 ponto percentual a menos que no trimestre de maio a junho de 2018, e tam-

bém caindo (0,5 ponto percentual) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desocupação de 2017 deve ser a mais alta da série histórica, sendo a de 2018 ligeiramente mais baixa.

De fato, ao longo de 2018 a desocupação tendeu a cair, tanto percentual (como já apontado) quanto numericamente (de agosto a outubro o país tinha 12,4 milhões de desocupados, sendo que no mesmo trimestre do ano anterior este número era maior em 389 mil pessoas). No entanto, a queda da desocupação não é uma boa notícia para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, pois ocorreu com o crescimento do desalento (que ocorre quando a pessoa desiste de procurar emprego), crescimento da informalidade e do trabalho por conta própria (precário, o típico “empreendedorismo” por falta de opção), e flexibilização do conceito de formalidade a partir da Reforma Trabalhista, em vigor desde novembro de 2017. Nem mesmo com a ampliação do que se considera trabalho formal, realizada pela Reforma, ocorreu ampliação da formalidade.

O desalento, mostram os últimos dados da Pnad Contínua, cresceu 10,6% de agosto a outubro de 2018 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior (4,3 milhões de pessoas nesta categoria antes contra 4,7 milhões de pessoas no mesmo trimestre de 2018). O aumento da categoria, numericamente,

se contrapõe à redução apresentada pela desocupação no mesmo período. E o emprego sem carteira foi o que mais cresceu no ano de 2018 até outubro, sendo que o emprego com carteira permaneceu estagnado, assim como ocorrido em 2017.

Outro dado importante para a análise do mercado de trabalho é a subutilização, que combina as trabalhadoras e os trabalhadores desocupados, que trabalham menos horas do que gostariam e os desalentados. Este indicador também cresceu, de 23,8% da força de trabalho de agosto a outubro de 2017 para 24,1% de agosto a outubro de 2018. Em números absolutos, representou 27,2 milhões de pessoas de agosto a outubro de 2018, contra 26,6 milhões no mesmo trimestre do ano anterior. Ou seja, cerca de seiscentas mil pessoas passaram a fazer parte deste contingente em um ano.

Esta análise é condizente com estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lançado recentemente, que mostra que os desalentados no Brasil são, preponderantemente, mulheres, nordestinas, pouco escolarizadas e jovens. Ainda, enquanto no início de 2016 pouco mais de 14% dos que transitavam do desemprego para a inatividade o faziam por conta do desalento, no segundo trimestre de 2018 essa proporção atingiu 22,4%. Esse dado indica que a permanência no desemprego por um período longo está fazendo com que uma parcela cada vez maior dos desocupados desista de procurar emprego. Para os autores da análise, a queda da desocupação ocorrida nos últimos meses se deve mais à retração da força de trabalho do que pela expansão da população ocupada. O estudo diz textualmente que “as maiores quedas da desocupação foram motivadas pela retração da oferta de mão de obra, não pela expansão do emprego”. Também vem crescendo a parcela de desempregados cujo tempo de procura por emprego é maior que dois anos. No segundo trimestre de 2018, esse percentual foi de 24%, superior ao registrado nos mesmos trimestres de 2017 (22%) e 2016 (20%). O principal aumento da população ocupada vem do setor informal.

Apesar dos esforços da mídia durante o ano para mostrar a suposta força do crescimento econômico sob Temer e convencer a população da necessidade de aprovar reformas como a da Previdência para

a economia continuasse a crescer, ela não decolou e a quantidade (e qualidade) de empregos gerados em 2018 ficou bem aquém do necessário. Assim, o cenário de baixo crescimento e de perda de direitos não se mostra positivo para as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros.

Políticas sociais

Como dito na introdução, se é verdade que o governo Temer avançou nas pautas impopulares em 2018 (apesar de grande parte do “estrago” se concentrar em 2017), o quadro foi ofuscado pela eleição. Há grandes dúvidas sobre como será o Brasil sob o governo Bolsonaro, mas a julgar que ele se propõe a aprofundar a política econômica de Temer e questionar os marcos para a política social pelo menos desde a Constituição de 1988, o quadro não deve ser positivo.

Marcos de 2018 foram o avanço de pautas como Escola sem Partido, que possui um teor fortemente persecutório, repressor e violento e que devem ganhar peso no ano de 2019, com a indicação de um defensor do movimento para ministro da Educação. A esse respeito, especialistas da área da educação têm alertado que o movimento Escola sem Partido prega que a escola passou a ser ideológica nos últimos trinta anos, o que coincide com o período da redemocratização do país. O futuro ministro da Educação Ricardo Vélez se pronunciou também contra a inclusão na educação superior ao dizer que “o aluno tem que sair do segundo grau pronto para o mercado de trabalho. Nem todo mundo quer fazer uma universidade. É bobagem pensar na democratização da universidade, nem todo mundo gosta”. Para o futuro ministro, a escola deveria mostrar ao aluno como ganhar dinheiro, por exemplo ao prepará-los para que viam youtubers: “como os youtubers, ganham dinheiro sem enfrentar uma universidade”.

Outro marco de 2018 também foi o cancelamento do convênio do Brasil com Cuba no âmbito do Programa Mais Médicos, o que pode provocar falta de assistência em diversas áreas carentes do país.

Vale lembrar também que Paulo Guedes afirmou que o Brasil “vai enterrar o modelo econômico social-democrata”. A Constituição Federal de 1988

(CF88), chamada de Constituição Cidadã, de fato se inspirou na social democracia, em especial a europeia, para instituir uma série de direitos aos cidadãos brasileiros, tal como consta em seu artigo 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. No entanto, toda a carga de exclusão e desigualdade da sociedade brasileira, de quatrocentos anos de escravidão seguida por períodos ditatoriais, não foi passível de ser alterada facilmente: aqui não é que tenha

falhado o projeto de inclusão social, mas sempre floresceu a exclusão social. Soma-se se a isso que, nos anos 1990, que se seguem à promulgação da CF88, o país tenha entrado na égide do neoliberalismo, que não garantiu recursos para as áreas sociais e ampliou problemas como o desemprego, a fome e a pobreza.

Não é casual que os ataques em diversos frentes convirjam para a crítica do que foi feito “nos últimos trinta anos” ou do que foi “garantido na Constituição”: muitos dos membros do novo governo, inclusive o presidente eleito, defendem abertamente a ditadura militar.

ECONOMIA



O período golpista capitaneado por Michel Temer chega a seu fim de forma melancólica. Sua política econômica, dirigida por ilustres representantes do sistema financeiro, mostrou-se desastrosa e foi incapaz de reanimar a economia. A despeito das radicais reformas neoliberais que o “dream team” de economistas golpistas conseguiu implementar (Reforma Trabalhista, congelamento dos gastos públicos federais, flexibilização da participação da Petrobras nos campos do pré-sal, entre outras), o suposto resgate da confiança não foi suficiente para reverter a anêmica demanda agregada. Ao fim e ao cabo, Temer e seus geniais ministros da área econômica conseguiram algo inédito: mantiveram a economia estagnada mesmo depois de um profundo mergulho recessivo.

Nível de Atividade

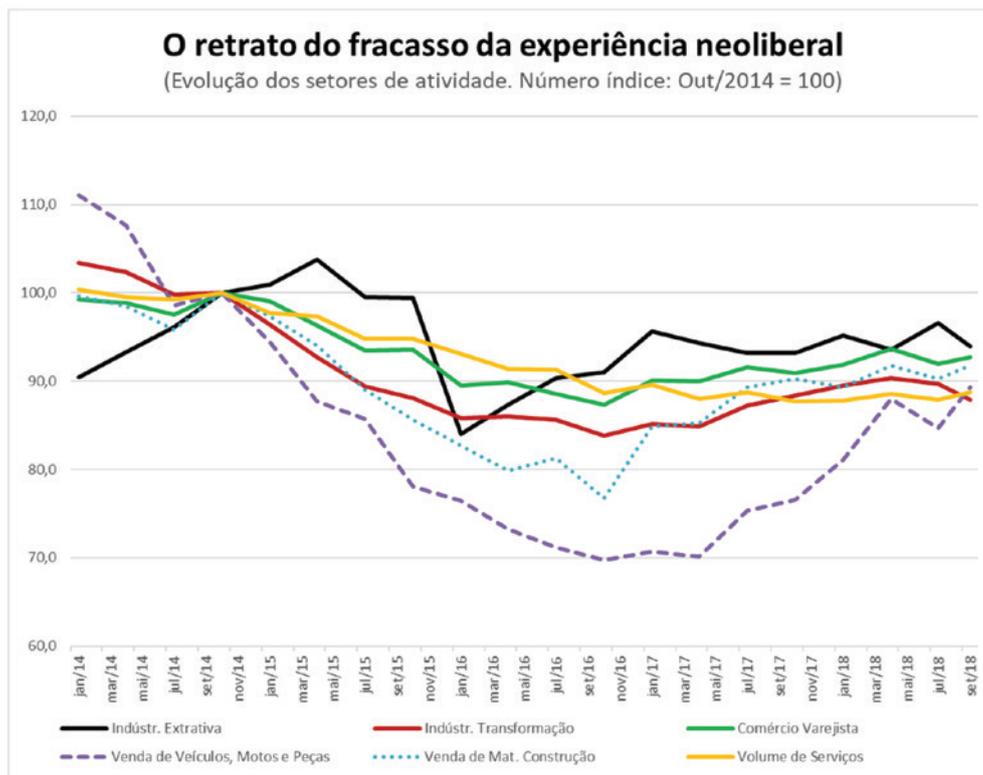
Ao longo de 2018, os setores de atividade econômica apresentaram trajetórias levemente ascendentes, configurando a permanência do processo de estagnação, que, pelo segundo ano consecutivo, manteve crescimento do PIB per capita muito próximo de zero (0,2%) - ou seja, a taxa de crescimento da produção brasileira não tem conseguido superar de forma significativa a taxa de crescimento populacional.

Se estivéssemos estacionados em um patamar de alta renda per capita ou de plena utilização da capacidade produtiva, a situação não seria tão grave, mas ocorre que, no quadro brasileiro atual, a estagnação veio suceder dois anos de profunda recessão que derrubaram o PIB em 7% e o PIB per capita em pouco mais de 11%.

Desta forma, estamos vivendo realmente uma situação jamais vista na história brasileira, com quatro anos seguidos de persistente depressão econômica, alto desemprego e retração acentuada dos investimentos públicos e privados.

Como fica evidente na trajetória das curvas apresentadas na figura a seguir, a ortodoxia econômica de inspiração neoliberal, que teve início com Joaquim Levy (janeiro de 2015), foi mantida pelo time de Temer e que, inacreditavelmente, continua a inspirar a equipe econômica do futuro governo Bolsonaro, alcançou um retumbante fracasso. Todos os setores de atividade, sem exceção, sofreram quedas expressivas nos anos de 2015 e 2016 e, mais grave do que isso, permanecem em patamares significativamente inferiores aos que se encontravam em outubro de 2014.

Gráfico 1



Não é demais assinalar que, por sua extensão e profundidade, o atual processo depressivo configura a mais grave crise recessiva da história do Brasil, tendo já superado as recessões de 1981-83 (crise da dívida) e a de 1990-1992 (crise do Plano Collor).

Além disso, cabe lembrar que em 2018, a greve dos caminhoneiros talvez tenha sido o melhor exemplo das consequências problemáticas de uma política econômica orientada pelo encolhimento do papel do Estado e das empresas estatais, pela negligência com o investimento em setores estratégicos de infraestrutura e pela obsessão com a financeirização dos preços e a desnacionalização da economia. Como resultado, o país deparou com uma crise de desabastecimento que propagou insegurança entre a população e impactou negativamente a dinâmica macroeconômica do segundo semestre. Em 2018, a economia estacionou na estrada com motoristas incomodados com seu trajeto.

Inflação e política monetária

Frente ao quadro de duradoura anemia econômica, elevada taxa de desocupação (oscilando em torno de 13%), estagnação dos salários reais e alta capacidade ociosa no setor industrial, a inflação brasileira manteve-se em patamar relativamente reduzido ao longo de 2018, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre 3,6% e 3,7%, portanto, significativamente abaixo do centro da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (4,5%).

Considerando a inflação acumulada nos últimos doze meses encerrados em novembro, o IPCA registrou uma taxa de 4,05%. Entretanto, dadas as diferenças de consumo que caracterizam os variados patamares de renda, observa-se que a inflação tem sido ligeiramente inferior para os estratos sociais de menor renda (veja na tabela a seguir).

Inflação por faixa de renda (em %)

	Variação mensal			Variação acumulada	
	set-18	out-18	nov-18	Ano	Doze meses
Renda muito baixa	0,34	0,49	-0,17	3,32	3,66
Renda baixa	0,36	0,48	-0,17	3,39	3,77
Renda média-baixa	0,39	0,47	-0,19	3,55	3,98
Renda média	0,46	0,45	-0,20	3,53	3,89
Renda média-alta	0,51	0,43	-0,21	3,78	4,18
Renda alta	0,53	0,42	-0,23	3,83	4,29
IPCA	0,48	0,45	-0,21	3,59	4,05

Fonte e elaboração: Grupo de Conjuntura da Diretoria de Estados e Políticas Macroeconômicas (Dinac)/Ipea

Por conta dessa trajetória relativamente comportada dos índices de preços ao longo do presente ano, a taxa básica de juros (Selic) vem sendo mantida em 6,5% desde março de 2018 e, ao que indicam as projeções do Relatório Focus do Banco Central, assim deverá permanecer durante os primeiros meses do próximo exercício. Ou seja, se os parâmetros econômicos não sofrerem grandes alterações com o início do novo governo, a taxa real de juros deverá seguir oscilando entre 2,5% e 3% no próximo ano, o que significa que permanecerá como uma das cinco mais elevadas do planeta.

Comércio Exterior

O ano de 2018 deverá encerrar com um superávit comercial da ordem de 58 bilhões de dólares, portanto, nove bilhões a menos do que foi registrado no ano passado, quando o país alcançou seu melhor resultado comercial da história. De toda maneira, o saldo de 2018 será bem expressivo e deverá ajudar bastante a reduzir o déficit em Conta Corrente, o qual deverá terminar o ano com um valor próximo de quinze bilhões de dólares.

Entre as principais razões que explicam a diminuição do saldo comercial na passagem de 2017 para 2018, destacam-se o aumento das importações em velocidade superior à das exportações (o que era esperado em um contexto de fim de recessão), a contração das exportações para a Argentina (em virtude da grave crise cambial que afeta o país vizinho) e a relativa contração da safra agrícola brasileira que deverá ficar 5,5% menor do que a de 2017.

O quadro prospectivo, entretanto, não é dos melhores. Conforme já vêm alertando diversos organismos internacionais (Fundo Monetário Internacional, Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, Banco Mundial), espera-se uma retração do comércio mundial em 2019, fruto das rodadas protecionistas disparadas a partir da gestão de Donald Trump e da lenta perda de dinamismo da economia chinesa. Além disso, de acordo com alguns dos mais renomados especialistas em economia internacional, há um crescente risco de o mundo mergulhar em uma nova crise financeira global, agora centrada no alto endividamento das empresas estadunidenses.

Não por outra razão, entre os analistas que compõem o quadro de entrevistados do Relatório Focus, espera-se uma retração de cerca de 9% no saldo comercial brasileiro em 2019 e de quase 20% em 2020.

Contas Públicas

Embora a austeridade fiscal venha sendo mantida na retórica da ortodoxia econômica como a principal condição para a retomada do crescimento da produção, os cortes de gastos inescrupulosos que têm sido praticados nos últimos anos não têm sequer conseguido impedir o aumento da dívida líquida do setor público, que atingiu 53,26% do PIB em outubro de 2018, o maior percentual desde dezembro de 2006. Ao que parece, como os empreendedores capitalistas não orientam suas decisões pela perspectiva de melhora nas contas fiscais

– mas sim pela segurança quanto à demanda por seus produtos – a retomada da produção não se consolida e sem ela, as receitas do governo não se recuperam na velocidade que seria necessária para reduzir o endividamento.

Consequentemente, o governo vai colhendo os péssimos resultados fiscais de sua contraprodutora política de austeridade, os quais só não são catastróficos por conta das receitas extraordinárias que têm sido obtidas em grande parte pela expansão das receitas com o petróleo. Seja porque houve uma boa recuperação dos preços internacionais nos primeiros dez meses de 2018 (a receita com os royalties subiu 62%), seja porque os poços do pré-sal têm demonstrado uma produtividade excepcional, superando as expectativas dos mais otimistas – quando os poços começaram a ser perfurados cerca de sete anos atrás, esperava-se um volume médio de quinze mil barris/dia por poço, mas hoje já se está alcançando uma média de 45 mil barris/dia – o governo Temer foi salvo pelo gongo, encer-

rando o exercício de 2018 com um déficit primário de aproximadamente 137 bilhões de reais, isto é, quase vinte bilhões abaixo daquele que constava do orçamento aprovado pelo Legislativo.

Para o ano que vem, entretanto, as expectativas em relação ao preço do petróleo não autorizam uma aposta em nova alta de tamanha monta. Com isso, as contas do governo central deverão voltar a triscar os limites da “regra de ouro” e do “teto de gastos”, os quais provavelmente serão evitados da pior maneira: via privatizações e corte mais profundo nas políticas sociais.

Cabe frisar, por fim, que ao contrário da pregação neoliberal que insiste na tese da austeridade fiscal, o Brasil não se situa acima dos parâmetros fiscais médios que vigoram entre os países da OCDE. Enquanto nossos gastos sociais alcançam 20,7% do PIB e nossa carga tributária é de apenas 32,3% do PIB, a média registrada entre os membros da Organização é, respectivamente, de 21,1% e de 34,2%.

TERRITORIAL



Esta seção busca fazer uma análise regionalizada de resultados socioeconômicos relevantes, bem como do impacto de políticas públicas. Em consequência da história e política de ocupação do país, as diferentes realidades regionais sofrem de maneiras distintas cada decisão de políticas nacionais e de interesses do capital, o que faz que por vezes uma simples observação de características comuns do território exponha resultados surpreendentes.

Ao longo de 2018 foram analisados diferentes temas, como desemprego, trabalho ambulante, eleições, meio ambiente e violência. Neste estudo de dezembro optou-se por sintetizar as temáticas de meio ambiente e violência, as quais podem passar por trágicas mudanças a partir de 2019.

A análise inicia buscando mostrar o perigo que o uso excessivo de agrotóxicos representa para a “mesa” do brasileiro (estudo 1). Em seguida, o estudo 2 apresenta a ameaça do desmatamento dos biomas, provocado em grande parte pelo avanço do agronegócio nestes territórios. O estudo 3, por fim, busca mostrar outra face da violência, provando estatisticamente que a violência policial age como propulsora de mais violência e assassinatos, o inverso do papel que deveria cumprir.

A evolução do uso de agrotóxicos de 2006 a 2017

Já são bem conhecidos os danos dos agrotóxicos aos produtores rurais que com eles lidam diretamente, aos consumidores, por meio dos resíduos nocivos que permanecem nos alimentos, e à natureza, com os consequentes danos aos ecossistemas.

Na Europa e nos Estados Unidos, apesar da grande força das multinacionais do setor, há um controle mais rígido sobre o quanto e quais agrotóxicos se pode usar. Já o Brasil passou a ser conhecido como o “Paraíso dos agrotóxicos”, quando se tornou o maior consumidor mundial destes produtos, de acordo com os Indicadores Ambientais Nacionais do Ministério do Meio Ambiente. Aqui, é permitido o uso de agrotóxicos que são proibidos em muitos outros países. Ações como a recente aprovação da “PEC do veneno” pela Câmara Federal apenas consolidam este triste caminho que estamos trilhando. Mundo afora existem diversos exemplos que poderiam ser seguidos no rumo de uma agricultura produtiva, mas também, mais saudável.

O aumento do uso dos agrotóxicos

A comparação dos dois últimos Censos Agropecuários realizados no país, em 2006 e 2017, demonstra que o número de estabelecimentos agropecuários reduziu-se em 2,5% neste período, mas que a área destes ampliou-se em 5%, o que aponta um aumento da concentração de terra no meio rural. Apesar desta redução

no número total de estabelecimentos, os que faziam uso de agrotóxicos aumentaram em 20,4%, indo de 1.396.077 em 2006 para 1.681.001 unidades em 2017.

Ao observar a tabela 1, percebe-se que, entre 2006 e 2017, os estados com maior crescimento no número absoluto de estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos foram Minas Gerais, com novos 62.683 estabelecimentos, que representavam 19,3% do total de novos estabelecimentos neste perfil, a Bahia,

com 36.076 e 11,1% e Espírito Santo, com 35.835 e 11%.

Ao observar os mesmos dados para igual período, no entanto considerando o crescimento relativo, nota-se que sete estados que apresentaram maior crescimento proporcional no uso de agrotóxicos em suas produções estavam localizados na Amazônia Legal, com crescimentos que variavam de 147,2% no Mato Grosso a 340,9% no Amapá.

Tabela 1. Estabelecimentos agropecuários que utilizaram agrotóxicos

Unidades da Federação	Nº de Estabelecimentos que utilizaram agrotóxicos		Variação entre 2006 e 2017	
	2006	2017	Nº	%
Amapá	235	1.036	801	340,9
Acre	1.722	7.580	5.858	340,2
Roraima	644	2.423	1.779	276,2
Tocantins	5.524	15.086	9.562	173,1
Pará	16.376	43.889	27.513	168,0
Amazonas	3.730	9.272	5.542	148,6
Mato Grosso	19.436	48.048	28.612	147,2
Espírito Santo	30.180	66.015	35.835	118,7
Goiás	18.941	36.773	17.832	94,1
Maranhão	31.091	55.728	24.637	79,2
Minas Gerais	103.617	166.300	62.683	60,5
Rondônia	31.144	47.173	16.029	51,5
Bahia	89.809	125.885	36.076	40,2
Piauí	34.686	47.474	12.788	36,9
Mato Grosso do Sul	11.403	15.547	4.144	36,3
Distrito Federal	1.846	2.287	441	23,9
Sergipe	21.947	26.779	4.832	22,0
Alagoas	25.621	30.464	4.843	18,9
Ceará	112.154	128.913	16.759	14,9
Rio de Janeiro	13.736	15.773	2.037	14,8
Santa Catarina	124.256	129.362	5.106	4,1
Paraíba	50.806	52.227	1.421	2,8
São Paulo	78.072	76.791	-1.281	-1,6
Rio Grande do Sul	273.851	256.099	-17.752	-6,5
Paraná	202.758	189.310	-13.448	-6,6
Pernambuco	68.329	62.766	-5.563	-8,1
Rio Grande do Norte	24.163	22.001	-2.162	-8,9
Brasil	1.396.077	1.681.001	284.924	20,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006 e 2017/IBGE.

No outro extremo da tabela 1 aparecem estados com variações negativas ou próximas a zero no uso de agrotóxicos por seus estabelecimentos agropecuários entre 2006 e 2017. No entanto, esta redução na prática não existiu, já que estes estados apresentaram variações negativas mais acentuadas no número total de estabelecimentos. Ou seja, na prática, o que ocor-

reu foi uma maior concentração de uso de pesticida nos estabelecimentos destes territórios. O único estado que demonstrou estabilidade neste quesito foi Pernambuco, onde apesar da redução de 7,9% no total de estabelecimentos agrícolas, apresentou redução de 8,1% nos com uso de agrotóxicos.

A proporção de uso de agrotóxicos

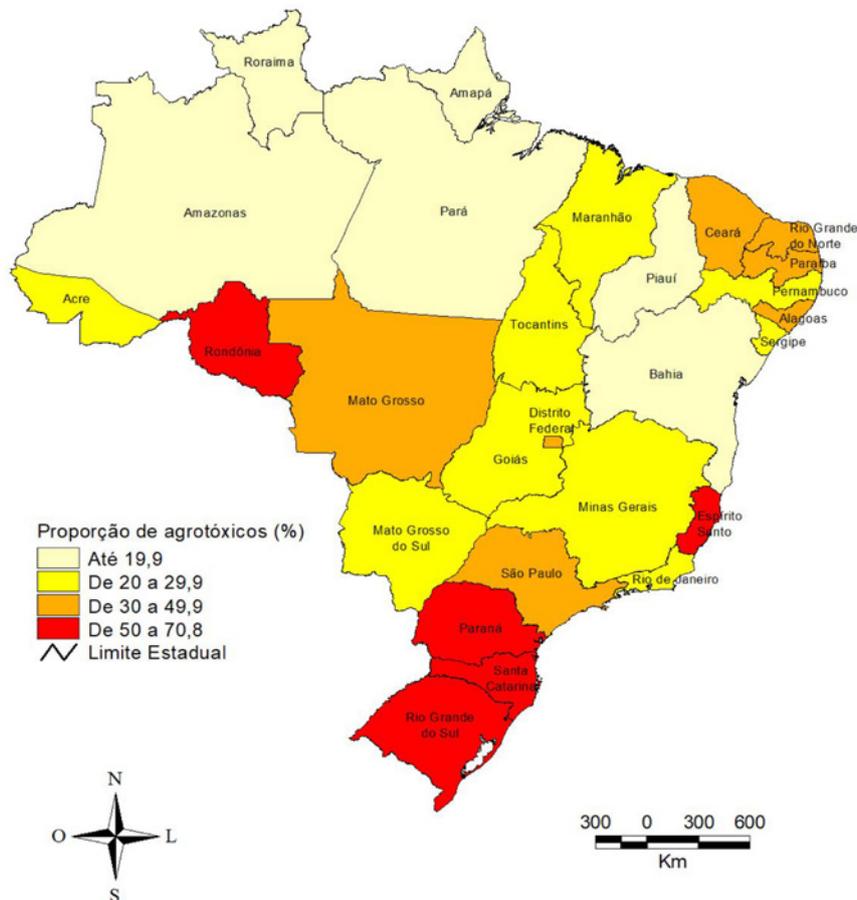
Muitas vezes, apenas o número de propriedades rurais não passa a noção completa do uso destes agentes químicos em nossa alimentação. Por conta disto, o Mapa 1 apresenta a proporção das propriedades que utilizaram agrotóxico pelos estados da federação brasileira em 2017, e nele notam-se situações de grande disparidade.

Cerca de cinco estados utilizaram agrotóxicos em mais de 50% de suas propriedades. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina os utilizaram em mais de 70% de suas propriedades agrícolas. Em Rondônia, na Amazônia,

esta proporção já é de 51,7%, devido, em grande parte, ao uso de agrotóxicos nas plantações de café e herbicidas nas crescentes áreas de pastagens.

O Sul vem utilizando proporcionalmente mais do que o dobro, ou o triplo, de agrotóxicos do que as outras regiões do país. Isto é particularmente preocupante pela importância da região na composição da mesa da população brasileira, pois sua agroindústria se destaca nacionalmente na produção de carnes e embutidos, trigo e derivados, óleos vegetais, creme de leite, legumes e verduras processadas, vinhos, sucos, doces e geleias.

Mapa 1. Proporção de empreendimentos agrícolas que utilizam agrotóxicos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2017/IBGE.

O Mapa 1 também permite perceber que, felizmente, grande parte da Amazônia ainda apresenta as menores proporções de propriedades agrotóxicas. Algo que pode mudar, pois, se a proporção de crescimento atual deste perfil de propriedade se mantiver, em aproximadamente quinze anos teremos outra grande faixa vermelha do mapa neste outro extremo do país,

com este grandioso bioma apresentando significativas contaminações decorrentes.

A adubação química também é outra estratégia utilizada pelo agronegócio. No entanto, apesar de acelerar o desenvolvimento do solo e ser de mais prática aplicação, ela gera um rápido empobrecimento do solo e polui a rede hidrográfica da região com o despe-

jo excessivo de nutrientes, lixiviados do solo pela chuva ou irrigação, que proliferam algas. Estas por sua vez consomem muito oxigênio da água deixando-a passível de contaminação e gerando danos à fauna aquática local. Ela também pode gerar uma concentração maior de resíduos venenosos e de água nos alimentos, restringindo sua qualidade para a saúde, bem como seu sabor e nutrientes, além de deixá-los mais propícios à futuras contaminações até chegar ao consumidor.

Já a adubação orgânica, por ser elaborada com ingredientes orgânicos animais e/ou vegetais, se integra melhor ao solo e ao meio ambiente que o cerca, gera menos pragas e propicia também alimentos mais saudáveis e saborosos. Seus únicos contras são a maior dificuldade inicial de mensuração da quantidade a usar, dependendo do uso que o solo terá, e maior tempo para gerar resultados.

Uma mudança gradativa no uso de agrotóxicos e adubação química urge no Brasil. Aqui, o uso destas substâncias é excessivo, mesmo quando comparado a outros países, que conseguem obter produtividade similar ou superior, com maiores proporções de uso de compostos orgânicos ou técnicas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente e aos alimentos em si. Segundo o “Relatório sobre o direito à alimentação”, da Organização das Nações Unidas (ONU), trata-se de um mito a afirmação de que o uso de pesticidas contribui para a erradicação da fome, sendo eles, ainda, prejudiciais à saúde e à alimentação. A publicação

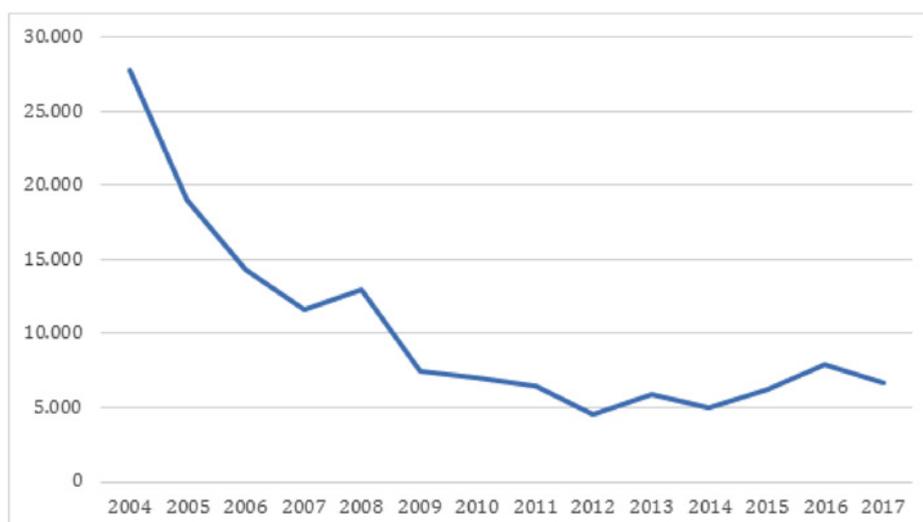
também defende que é possível alimentar as 9,6 bilhões de pessoas que devem habitar a terra em 2050 sem o uso destas substâncias.

Ameaças à redução do desmatamento no pós-golpe

O desmatamento é um problema que gera prejuízos à sociedade e ao meio ambiente. Além de provocar conflitos sociais pelo uso das terras, resultando em assassinatos nas disputas mais graves, também dá origem a perdas de áreas públicas, devido à grilagem para o desmatamento. A sua continuidade já gerou e ainda pode ocasionar boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais. Por fim, o desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, aumentando as mudanças climáticas e suas consequências.

O gráfico a seguir aponta a evolução do desmatamento na Amazônia Legal. Em uma série histórica do período 2004-2017 observa-se que o desmatamento vem diminuindo seu ritmo ao longo dos anos, especialmente entre 2004 e 2012. Em 2004, 27,7 mil km² foram desmatados, em oposição a 6,6 mil km² de floresta desmatada em 2017 na Amazônia Legal. Isso significa uma redução do ritmo de desmatamento em 76% no período de quatorze anos. Entre 2004 e 2012 houve tendência de redução do desmatamento mais acentuada, chegando a 86%. Nesse período, importantes medidas foram tomadas pelos governos Lula e Dilma para que se conseguisse diminuir o ritmo do desmatamento.

Gráfico 1 – A evolução do desmatamento na Amazônia Legal – 2004-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais

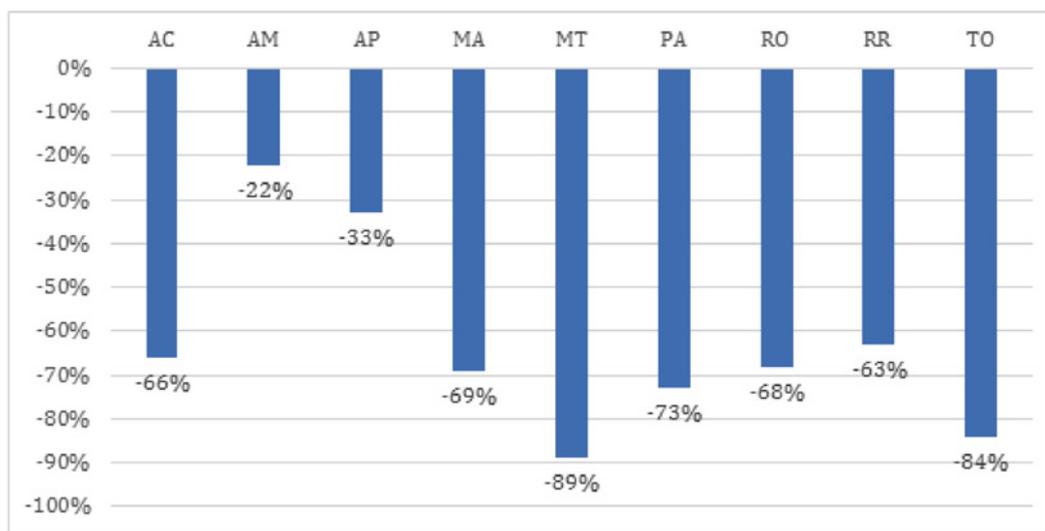
As medidas pela redução do desmatamento adotadas no período 2004-2012 foram abordadas no relatório “Desmatamento zero na Amazônia: como e por que chegar lá” elaborado Grupo de Trabalho de Desmatamento Zero, formado por oito organizações da sociedade civil - Greenpeace Brasil, ICV, Imaflora, Imazon, Ipam, Instituto Socioambiental, WWF Brasil e TNC Brasil.

Entre as medidas apontadas pelo relatório destacam-se a conservação, fiscalização, penas mais duras e restrição de crédito. No quesito conservação, as áreas protegidas na Amazônia aumentaram em 59,6 hectares entre 2003 e 2006. Em 2008, houve um maior rigor na fiscalização dos municípios com área de desmatamento intensa e os proprietários cujas terras foram ilegalmente desmatadas passaram a responder a penas como embargo de atividades e apreensão de bens. No mesmo ano, a Resolução nº 3545, de 29 de fevereiro de 2008 do Banco Central passou a estabelecer exigência de documentação comprobatória de regularidade ambiental e outras condicionantes, para fins de financiamento agropecuário no Bioma Amazônia.

Depois de 2012, houve oscilações no ritmo de desmatamento, mas foi possível perceber que a tendência do período anterior foi modificada. Apesar da diminuição pontual de área desmatada entre 2016 e 2017, o relatório do Grupo de Desmatamento Zero apontou preocupações. Segundo as organizações, a queda seria um ponto fora da curva tendo em vista as medidas negativas tomadas pelo governo interino de Michel Temer.

O gráfico a seguir mostra a redução da área de floresta desmatada na Amazônia por Unidades da Federação. Observa-se que os dados do Mato Grosso apresentaram a maior queda de desmatamento no período, com uma redução de 89%. O Tocantins também apresentou uma redução importante de 84%. Caminhando em uma tendência de menor intensidade, os números do Amazonas indicaram uma queda menos acentuada do período, de apenas 22%. Os dados do Amapá também não atingiram um ritmo de redução significativo, manifestando 33% de queda.

Gráfico 2 - A evolução do desmatamento nas Unidades Federativas da Amazônia - 2004-2017



Fonte: Elaboração própria a partir de MCTIC/Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

Segundo o Grupo de Trabalho para o Desmatamento Zero, existe uma forma possível para se chegar à redução do desmatamento na Amazônia. Este caminho seria o resultado de ações governamentais, empresariais e da sociedade. O poder público seria responsável por políticas ambientais que tenham efetividade e durabilidade ao longo do tempo. As propostas do grupo incluem medidas mais eficazes de fiscalização e de

repressão da grilagem de terras, criação e manutenção de áreas protegidas e a melhoria da coordenação inter-federativa entre os estados e o governo federal.

Também seria papel do governo incentivar atividades sustentáveis. O poder público poderia contribuir por meio de incentivo ao extrativismo florestal sustentável. Além disso, o governo federal deveria apoiar

práticas agropecuárias que reduzem o desmatamento, estabelecendo prioridade de crédito rural para os municípios que reduzissem o desmatamento ao estabelecer metas. Idealmente, o crédito rural deveria ser alocado apenas via Programa ABC do Governo Federal, que é o programa de crédito rural para a agricultura de baixa emissão de carbono.

O setor privado, por sua vez, pode contribuir com o fim do desmatamento na Amazônia por meio do monitoramento da origem dos produtos comprados, boicotando aqueles oriundos desta prática. Além disso, as empresas podem apoiar os produtores rurais fornecedores a se adequarem às regras ambientais. De acordo com o grupo de trabalho Desmatamento Zero, também seria importante que as empresas fossem mais transparentes com a sociedade em relação a seus esforços sobre isso. Internacionalmente, as empresas e países que comprem e investem no Brasil também deveriam ser responsabilizados pelas leis ambientais, boicotando aqueles que as infringem.

Desmatamento no pós-golpe

O período pós-golpe oferece preocupações devido ao novo rumo que o governo federal tomou para redução do desmatamento na Amazônia Legal. As medidas tomadas pelo governo federal e o Legislativo, com apoio do presidente interino, vêm favorecendo os ruralistas em detrimento do meio ambiente. O governo demonstra cada vez menos interesse em conservar a Amazônia Legal, afrouxando medidas que foram tomadas por governos petistas para fiscalizar e coibir o desmatamento ilegal.

Nesse sentido, são ameaças a essa tendência de redução do desmatamento leis e projetos de leis que ganham cada vez mais espaço com o fortalecimento dos ruralistas pelos golpistas. Desta maneira, destaca-se a Lei nº 13.465/2017, que facilita a regularização de terras provenientes da grilagem, ao possibilitar a extensão de prazo e subsídio de aproximadamente 21 bilhões aos grileiros pela concessão de descontos. Os Projetos de Lei 8.107/2017 e 3.729/2004, que tratam da redução da Floresta Nacional do Jamanxim e outras Unidades de Conservação, assim como da redução do rigor do licenciamento ambiental também podem ser consideradas ameaças.

Se o Brasil já foi liderança mundial na tomada de ações ambientais para a redução de mudanças climáticas, hoje essa posição se encontra fragilizada e o país corre o risco de perder mais da sua biodiversidade.

Violência policial como propulsora dos homicídios

Por muitos considerado como símbolo de eficiência policial, diante do aumento da criminalidade, o número de mortes cometidas por policiais mostra o descontrole da política de segurança pública brasileira. Em outros países com políticas de segurança pública mais eficientes, esta “postura ativa”, no linguajar policial brasileiro, é normalmente considerada reflexo de falta de comando e de treinamento policial para agir de forma inteligente e coordenada diante de uma situação crítica.

No período de 2015 a 2017 a taxa de homicídios (TH) do país cresceu de 29,9 a 30,8 mortes por cem mil habitantes. Com o crescente número de assassinatos nos últimos anos (63.895 somente em 2017), o Brasil se tornou o país onde mais se mata pessoas no mundo. A taxa de homicídios brasileira está entre as quinze maiores do planeta.

O crescimento da TH possui também vínculo com a expansão do PCC (Primeiro Comando da Capital) nas regiões Nordeste e Norte. No entanto, infelizmente, não seria surpreendente se entre os 5.159 assassinados pela polícia em 2017, existissem centenas de Amarildos. O fracasso no combate às facções criminosas também demonstra a precariedade da atual política de segurança pública nacional, baseada em ações desproporcionalmente violentas nas ruas, no encarceramento em massa e maus tratos dentro do sistema prisional, que acaba por arremeter ainda mais integrantes a estas facções.

Mesmo o aumento de 133,2% da mortalidade por policiais desde 2013 não conseguiu reduzir a taxa de homicídios nos últimos anos. Apenas entre 2015 e 2017, a THIP (Taxa de Homicídios por Intervenção Policial) elevou-se em 56,2% (de 1,6 para 2,5), enquanto a TH cresceu 6,6% (de 28,9 para 30,8).

Por comparação simples pode-se perceber na tabela 2 que na grande maioria dos estados onde a violência policial letal aumentou, a violência não se reduziu, muito pelo contrário. Entre 2015 e 2017, nos estados do Ama-

pá, Acre e Rio de Janeiro, os três onde a THIP mais cresceu, a TH cresceu 41,1%, 136,7 e 32% respectivamente.

Por outro lado, em Rondônia e no Mato Grosso do

Sul, onde a violência policial reduziu em 0,4 pp e 0,1 pp respectivamente, a TH também se reduziu, em 5,8pp e 3,1 pp.

Tabela 2. Taxas de Homicídio (TH) e Taxa de Homicídios por Intervenção Policial (THIP)

Unidades Federativas e Brasil	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2015	Taxa de homicídios cometidos por policiais - 2017	Taxa de Homicídios 2015	Taxa de homicídios 2017	Varição da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Varição da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Amapá	2,6	8,5	38,2	53,9	5,9	15,7
Acre	1,2	4,6	27	63,9	3,4	36,9
Rio de Janeiro	3,9	6,7	30,6	40,4	2,8	9,8
Tocantins	0,7	3,0	33,2	26,6	2,3	-6,6
Pará	2,4	4,6	45	53,4	2,2	8,4
Bahia	2,3	4,4	39,5	45,1	2,1	5,6
Sergipe	1,9	3,9	58,1	55,7	2,0	-2,4
Goiás	2,1	3,9	45,3	39,3	1,8	-6,0
Rio Grande do Norte	2,2	4,0	44,9	68	1,8	23,1
Alagoas	2,9	4,2	52,3	56,9	1,3	4,6
Pernambuco	0,5	1,3	41,2	57,3	0,8	16,1
Ceará	1	1,8	46,7	59,1	0,8	12,4
Espírito Santo	0,6	1,0	36,9	37,4	0,4	0,5
Paraíba	0,4	0,7	38,3	31,9	0,3	-6,4
Mato Grosso	0,2	0,5	36,8	31,5	0,3	-5,3
Piauí	0,6	0,9	20,3	20,2	0,3	-0,1
Minas Gerais	0,5	0,8	21,7	19,6	0,3	-2,1
Maranhão	1,3	1,6	35,3	29,4	0,3	-5,9
Santa Catarina	0,9	1,1	14	16,5	0,2	2,5
Rio Grande do Sul	1	1,2	26,2	26,7	0,2	0,5
São Paulo	1,9	2,1	12,2	10,7	0,2	-1,5
Amazonas	0,8	1,0	37,4	31,3	0,2	-6,1
Roraima	1	1,1	40,1	44	0,1	3,9
Paraná	2,2	2,3	26,3	22,6	0,1	-3,7
Distrito Federal	0,3	0,3	25,5	18,2	-0,0	-7,3
Mato Grosso do Sul	1,5	1,4	23,9	20,8	-0,1	-3,1
Rondônia	0,5	0,1	33,9	28,1	-0,4	-5,8
Brasil(total)	1,6	2,5	28,9	30,8	0,9	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública/Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Versão do documento: retificação de setembro de 2018.

A Tabela 3 resulta de um agrupamento dos resultados da variação das TH e THIP por faixa de variação da THIP entre 2015 e 2017. A categoria que abarca os estados da federação que tiveram uma variação superior a dois pontos percentuais neste quesito apresentou variação média da THIP de três pp e uma variação média da TH de 9,6 pp. A segunda categoria,

que abarca a faixa de um a 1,9 pp de crescimento da THIP, apresentou crescimento médio de 1,6 pp neste quesito e 7,2 pp na Taxa de Homicídios. Estes resultados reforçam a hipótese, a ser estatisticamente testada adiante, de que, quanto mais cresce a violência policial, pior fica a segurança pública da população brasileira.

Tabela 3. Resumo do modelo estatístico

Faixa de variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios cometidos por policiais entre 2015 e 2017	Média da variação da taxa de homicídios entre 2015 e 2017
Acima de 2 pp	3,0	9,6
Entre 1 e 1,9 pp	1,6	7,2
Entre 0,1 e 0,9 pp	0,3	0,3
Inferior ou igual a zero	-0,2	-5,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A categoria mais diversa de resultados é a de estados com variação positiva da THIP até 0,9 pp entre 2015 e 2017. Com a média da variação de ambas variáveis em 0,3, pode-se supor que o aumento mais sutil da violência letal policial possui baixa ou muito baixa influência nos resultados da TH.

Por fim, pode-se observar um resultado alvissareiro: os três estados que apresentaram redução da violência policial no período analisado, também obtiveram redução nas respectivas taxas de homicídio, em média de 5,4 pp.

Modelo estatístico

Para verificar e mensurar esta tese, analisaram-se diretamente as duas variáveis de oscilação das THIP e TH entre 2015 e 2017, como disposto na Tabela 2. A hipótese estatisticamente testada é que as oscilações da variável independente “Variação da THIP” influenciam diretamente as oscilações da variável dependente “Variação da TH”. Para tal foi elaborado inicialmente um histograma de dispersão, que apontou a relação linear entre as duas variáveis citadas. Em seguida foram utilizadas as técnicas de “Coeficiente de Correlação de Pearson” e “Regressão Linear”.

Tabela 4. Resumo do modelo estatístico

R (correlação de Person)	R quadrado	Erro padrão da estimativa	Significância	Durbin-Watson
0,588	0,346	8,733	0,001	1,4

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Tabela 1 deste documento.

A tabela 4 apresenta uma síntese dos resultados destes cálculos. O Coeficiente de Correlação de Pearson de 0,588 comprova a associação entre as variáveis. A significância de 0,001 e o indicador de outliers Durbin-Watson mensurado em 1,4 garantem a alta confiabilidade deste resultado.

No entanto o indicador mais expressivo desta tabela é o “R quadrado”, ele indica objetivamente que os resultados da variável “Variação da THIP” (onde 88,9% dos resultados apontam para o aumento da letalidade policial) influenciam em 34,6%, no mesmo sentido, os resultados da variável “Variação da TH”, sejam para aumentá-la ou reduzi-la. Tal resultado permite dizer que, a cada três homicídios cometidos por policiais, um ou-

tro (34,6%) ocorre em consequência. Desta forma fica confirmada a tese de que o aumento excessivo dos homicídios cometidos por policiais acaba por gerar ainda mais assassinatos em retorno a estas ações.

E este é apenas um dos resultados que demonstram a prioridade que devem merecer outras políticas de segurança pública em detrimento da atual prática da violência policial, seja na reforma do sistema penitenciário, no uso da inteligência para prevenção da violência, na alteração das políticas de redução de homicídios ou combate à drogadição e no investimento de qualificação e valorização do profissional de segurança do país.

COMUNICAÇÃO



Em comunicação, as fake news que invadiram as redes sociais durante as eleições são tema de análise, bem como suas implicações para a democracia brasileira. Na imprensa internacional, destacaram-se na cobertura sobre o Brasil a candidatura de Lula, a execução de Marielle Franco e a ascensão de Jair Bolsonaro. Na análise da imprensa tradicional brasileira, o tema em destaque foi o acirramento da perseguição ao PT e a Lula.

Fake news: o ator do ano nas redes sociais

Quando se analisa 2018 em volumes de buscas realizadas no Google pode-se visualizar diversos atores - e eventos - que foram essenciais para compreender o ano. Entre eles, destacam-se o período entre 1 a 7 de abril, marcado pela prisão autoritária de Lula, fruto de uma perseguição política e; 7 a 13 de outubro, período eleitoral no qual o interesse por Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores foi significante.

Ao analisar especificamente quais são os temas com crescimento repentino entre os selecionados, observamos a nítida influência de um fator extremamente nocivo para a política brasileira, mas pouco debatido e mal enfrentado pelas autoridades jurídicas: as fake news. Por exemplo, ao observar “Partido dos Trabalhadores”, destacam-se entre as principais buscas termos como “PT apoia ditaduras” e “cartilha do PT nas escolas”. Já em Fernando Haddad o tema “kit gay” está entre os mais buscados.

Durante todo o período eleitoral, o TSE tratou todas as denúncias de fake news como “casos isolados”. Misturaram, na mesma cesta, acusações de fraude nas urnas, ataques contra a ministra Rosa Weber e ameaças contra os candidatos. E esqueceram, talvez por conviência, que algo muito maior se esconde por trás dessas ações.

O problema não foi tratado como ele realmente é. De forma rasa e simplista, foi classificado como “desinformação” e sugerido que a partir desse escândalo o eleitorado brasileiro estaria “amadurecendo”. Na verdade as fake news são, sim, uma forma moderna de censura, na qual o eleitor, inundado e atingido por inúmeros conteúdos, não consegue diferenciar o que é verdade do que é mentira.

Nas palavras do vice-procurador geral eleitoral, Humberto Jacques, “o tempo de desordem informativa é um aprendizado para todos”. São tempos sombrios, com a democracia ameaçada. O Brasil e suas instituições não estão funcionando normalmente.

O Brasil na imprensa internacional

O Brasil foi assunto de muitos jornais estrangeiros em 2018 por motivos vergonhosos: a prisão e o impedimento da candidatura de Lula, a execução de Marielle Franco e a ascensão de Jair Bolsonaro. É claro que notícias sobre outros assuntos foram produzidas, mas esses foram, sem dúvida, os principais.

A notícia de que o ex-presidente Lula havia sido preso chegou aos quatro cantos do mundo. No geral, foi uma cobertura positiva. A movimentação da militância de esquerda e de simpatizantes de Lula ao redor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo parece ter comovido os jornalistas estrangeiros. Eles estavam diante de um líder de esquerda, o mais popular da História do Brasil e que estava sendo virtuoso, agindo como um verdadeiro líder. Desde sempre Lula teve prestígio internacional, mas é surpreendente que mesmo com a perseguição sofrida por anos, ele tenha conseguido manter a sua relevância. Toda vez que jornais de outros continentes mencionam Lula fazem referência ao fato de o ex-presidente ter retirado quarenta milhões de brasileiros da miséria e por ter aplicado programas sociais de inclusão e transferência de renda eficientes. Essa figura se tornou parte da História e influencia o mundo. É algo aparentemente inabalável.

A narrativa elaborada pela Operação Lava Jato em conjunto com a imprensa tradicional brasileira não foi forte o suficiente para romper a visão mais geral que os jornais de outros países têm. Essa diferença entre os meios brasileiros e os estrangeiros é fundamental. Enquanto a imprensa brasileira dá voz e credibilidade apenas para investigadores e parte do poder Judiciário, os órgãos de jornalismo do exterior buscam fazer relatos sobre os diferentes posicionamentos que existem na sociedade como um todo. Portanto, se existem juristas brasileiros e estrangeiros que denunciam publicamente a falta de provas contra o ex-presidente Lula e as controvérsias na atuação do MPF e de Sergio Moro enquanto juiz, esses serão incluídos nas reportagens desde que tal movimentação tenha relevância. Interessante é que após a prisão do ex-presidente Lula, os questionamentos à forma de proceder da Operação Lava Jato ganharam espaço fora do Brasil. Isso

significa que a credibilidade do movimento judicial contra a corrupção passou a ser vista de outra forma. Uma perspectiva alternativa se impôs.

Após a prisão, quando as pesquisas continuavam a mostrar Lula como líder e se aproximava a decisão sobre a possibilidade de ele ser candidato ou não, a imprensa estrangeira não questionou o veredito da Justiça assim como não fez alarde diante da decisão do Comitê de Direitos Humanos da ONU que defendeu a manutenção do direito de Lula ser candidato.

O fato é que a imprensa estrangeira dificilmente vai denunciar o viés político de parte do poder Judiciário no Brasil se não houver pressão para que ela investigue. O capítulo mais recente desse processo foi a nomeação de Sergio Moro como ministro da Justiça do futuro governo Jair Bolsonaro. Jornais internacionais disseram que o movimento foi precipitado e que Moro dá sentido à narrativa de perseguição defendida por Lula e pelo Partido dos Trabalhadores. Esse confronto de versões está longe de acabar.

A nomeação de Sergio Moro para o governo surpreendeu jornalistas estrangeiros porque Jair Bolsonaro é o que existe de pior na política e é retratado dessa forma nos mais diversos países. Sempre se referem a ele como um político abertamente misógino, racista e homofóbico. Quando o homem que até então era símbolo do combate à corrupção decide se aliar ao político que, por sua vez, simboliza os discursos mais desprezíveis da atualidade, o primeiro perde mais um pouco da sua credibilidade que sofreu alguns abalos no longo processo.

Durante meses, jornais como *Le Monde*, *New York Times*, *The Guardian* e veículos como BBC e DW atacaram Jair Bolsonaro e demonstraram preocupação com o avanço da extrema-direita populista no Brasil. Editoriais diziam que a democracia brasileira estava doente. Até a revista *The Economist*, sabidamente crítica à esquerda, denunciou que Bolsonaro é uma ameaça para a democracia brasileira. O movimento de mulheres contra o então candidato à presidência pelo PSL, o “Ele Não”, foi amplamente noticiado. A ascensão do conservadorismo cultural fundamentalista é um problema na Europa e nos Estados Unidos. Não é por acaso que a imprensa estrangeira foi atenciosa com o ce-

nário eleitoral brasileiro. Porém, cinicamente, a mídia brasileira não publicou uma palavra sequer sobre o que diziam os jornais de outras partes do mundo. Aliás, as grandes empresas de jornalismo brasileiras não utilizam a expressão “extrema-direita”.

O grande ponto a ser observado é a diferença entre a prática dos veículos de imprensa estrangeiros e os brasileiros. Lá fora, existe muito mais critério e regras que determinam a qualidade das notícias e isso não impede que eles sejam afetados pelas fábricas de fake news. O Brexit e as eleições nos Estados Unidos, Itália, Hungria, Espanha etc, são exemplos disso. No Brasil, o problema é maior porque a informação trabalhada pelos veículos de imprensa é medíocre e superficial. Aqui, a intenção da notícia está sempre escondida, o que dificulta a clareza sobre o sentido das informações.

Imprensa tradicional acentuou perseguição ao PT

Durante 2018, os principais veículos da imprensa tradicional mantiveram a postura editorial de vincular a imagem do PT e a de Lula a notícias negativas e direcionar a cobertura de forma manipuladora para favorecer o projeto neoliberal em curso.

A imprensa tradicional foi essencial para ocultar os efeitos nocivos da política de austeridade aplicada pelo governo golpista. Talvez o mais visível e vergonhoso fato noticiado com esse viés manipulador e mentiroso tenha sido o balanço de dois anos do governo Temer, que ganhou amplo painel no Jornal da Globo com frases como “Tirou o Brasil do vermelho”, “Salvou a Petrobras”, “Queda da inflação” e “Crescimento do PIB”.

Um exemplo clássico foi a cobertura do assassinato de Marielle Franco, em março, que ganhou ampla repercussão nos grupos Globo e Estadão. Nestes veículos, a posição crítica do PT contra a intervenção no Rio de Janeiro foi classificada como “oportunismo”.

O mesmo se observou em outro acontecimento de ampla repercussão: a prisão de Lula. As capas dos principais jornais tradicionais, *Folha*, *Estadão* e *O Globo*, denotam um esforço gráfico para esconder o apoio popular ao ex-presidente, inclusive com a publicação de uma foto de baixa qualidade técnica e a ocultação da imagem dele sendo carregado por uma grande multidão, que ganhou visibilidade no mundo.

No caso da repercussão da decisão da ONU favorável ao respeito aos direitos políticos do ex-presidente Lula, a mesma postura persecutória foi observada na imprensa brasileira tradicional. *O Estadão*, por exemplo, escondeu a notícia e não deu espaço a especialistas que defenderam a decisão. No caso do jornal *O Globo*, foi publicada uma análise cujo título fala por si: Fake ONU.

Durante a campanha eleitoral, um amplo movimento anti-Haddad instaurou-se nos principais jornais, em explícito esforço para classificá-lo como “candidato posticho”, como se fosse um mero fantoche de Lula.

Por último, a imprensa foi omissa na investigação de denúncias de propaganda eleitoral ilegal que vieram a partir de uma reportagem de Patrícia Campos Mello publicada na *Folha de S.Paulo*. O assunto não ganhou o espaço devido, o que certamente influenciou o resultado eleitoral.

MOVIMENTOS SOCIAIS



O ano de 2018 não foi fácil. Mas foi um ano de muita luta dos movimentos sociais que apontou para um novo caminho no campo democrático e popular do Brasil.

Mobilização e resistência em 2018

Desde o golpe de 2016, a maior parte dos movimentos sociais do Brasil se encontrou com uma necessária mudança de seu eixo estratégico principal. A oportunidade de diálogo e representatividade social apresentada pelos governos petistas dava aos movimentos sociais a oportunidade de uma construção estratégica de concertação e até mesmo de ações conjuntas, no que se chama por parceria social.

Assim, por exemplo, o MST constituía importantes frentes de atuação na defesa de uma reforma agrária com criação de oportunidades produtivas no campo, com participação do Movimento no Pronaf e na própria política agrária; a CUT participava de diversos espaços de governo que tratavam dos direitos dos trabalhadores, do desenvolvimento nacional, e o MTST participou ativamente do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades, que proporcionou a construção de moradias a milhões de pessoas.

Esses elementos de parceria social constituíram uma importante etapa para boa parte dos movimentos sociais brasileiros. No entanto, com o golpe de 2016, o eixo principal da ação passou a ser o da mobilização e combate à redução de direitos no campo e na cidade. 2018

foi o ano que sacramentou essa estratégia que, ao que tudo indica, será permanente no próximo período.

O ano mal havia começado e a frente antidemocrática que se instalou no Brasil já havia condenado Lula de forma injusta e absurda. A seção de movimentos sociais, à época, dizia: “O início de 2018 reafirmou o que todo o ano de 2017 já demonstrou: Lula é o maior agente de mobilização social do Brasil. Nos dias que antecederam o julgamento de exceção do ex-presidente, e no dia em que o absurdo golpista se confirmou, o Brasil assistiu uma verdadeira onda (tanto nas redes sociais quanto nas ruas) de reação popular muito clara: eleição sem Lula é fraude.”

A condenação de Lula logo no começo do ano deu o tom do que marcou a trajetória da sociedade brasileira em 2018: o aprofundamento de um discurso autoritário e persecutório ao PT e aos movimentos sociais, que em momento nenhum durante o ano deixaram de combater as “forças ocultas” que acabaram por vencer as eleições em novembro.

O boletim de março tratou das diferentes formas de repressão que se instalaram em 2018. Era apenas o terceiro mês do ano e já havia a vigência da Reforma Trabalhista, que atacou frontalmente o movimento

sindical brasileiro, a repressão violenta à manifestações e o brutal crime de ódio cometido contra Marielle Franco e Anderson Pedro. O boletim, à época, afirmou: “Marielle foi assassinada nas suas representações políticas, como vereadora, militante dos direitos humanos e denunciadora das violências diárias dessa ditadura. Esse ato aponta para uma gravidade da situação atual da democracia brasileira. Trata-se de uma ruptura generalizada que simplesmente cancela o pacto constitucional firmado pelo Brasil em 1988”.

Em abril, a prisão de Lula foi mais um passo desse combate ao povo brasileiro e, portanto, aos movimentos sociais. Naquela ocasião, o boletim afirmou: “Lula falou ao vivo para o Brasil, em pleno sábado de manhã. Foi assistido por milhões de pessoas e construiu a narrativa de sua apresentação às forças anti-democráticas por suas próprias palavras. Ali não havia nenhum tipo de resignação ou culpa. Tratava-se de um líder popular que se apresentava a um poder reacionário e violento. Jamais na história do Brasil um homem prestes a ser preso foi capaz de contar a sua verdade dessa forma.”

Por isso, abril foi o mês que marcou o início da vigília Lula Livre, em Curitiba, que chega a inacreditáveis oito meses ininterruptos de mobilização constante, em que não houve um dia sequer em que o presidente Lula deixou de ouvir o tradicional “Bom dia”.

Por outro lado, o silêncio das massas era uma preocupação. Havia um claro distanciamento do grande público com relação aos absurdos perpetrados contra o povo nesse ano. Sinal, causa ou consequência, a eleição de Bolsonaro possui total relação com esse silêncio.

Em maio de 2018 os movimentos sociais, por diversas formas diferentes, iniciaram discussões acerca de projetos para o Brasil, cuja centralidade passava pela libertação de Lula e por sua candidatura que, naquela altura, já liderava as pesquisas de forma contundente. Naquele momento, havia a construção do “Brasil que o Povo Quer”, pelo PT e pela Fundação Perseu Abramo, o Projeto Brasil Popular, pela Frente Brasil Popular, o MST havia lançado carta em apoio à candidatura de Lula, o Projeto BRCidades, e a construção da importante candidatura do líder do MTST, Guilherme

Boulos, à Presidência, pelo Psol, num processo que denunciou fortemente a injustiça cometida contra Lula e contra o povo brasileiro.

A essa altura, já se apresentava uma consolidação de que, para os movimentos sociais, o restabelecimento da justiça para Lula era central ao povo brasileiro, especialmente por conta do enorme potencial danoso de uma iminente, à época, inviabilização da candidatura de Lula.

Lula foi corajosamente registrado candidato a presidente da República em agosto desse ano, num ato marcado pela presença maciça dos movimentos sociais, com milhares de pessoas que gritavam “Lula Livre, Lula Inocente, Lula Presidente”. No contexto judicial, não houve nenhuma mudança que restabelecesse a verdade e a Justiça, no contexto da mobilização dos movimentos sociais, não houve nenhum arrefecimento. A grande massa seguiu silenciosa, e o que se viu dali em diante foi uma severa decisão do povo que elegeu Jair Bolsonaro.

Em setembro, Fernando Haddad assumiu a missão dada por Lula. Em menos de um mês como candidato de Lula e apoiado pela maioria dos movimentos sociais, recebeu no começo de outubro contundentes 30% dos votos, mais do que o dobro de Ciro Gomes, o terceiro colocado.

O resultado do segundo turno é sabido. Mas o próximo período ainda é incerto. Nas palavras de Fernando Haddad: “não tenham medo, nós estaremos aqui. Nós estamos juntos. Nós estaremos de mãos dadas com vocês. Nós abraçaremos a causa de vocês. Contem conosco. Coragem, a vida é feita de coragem. Viva o Brasil!”

O momento dos movimentos sociais é de reflexão e planejamento. São incontáveis as frentes de resistência possíveis e que já se formam. Mas o desafio já não pode mais ser contado em meses ou em eventos. A representatividade, o contato com as bases e a sensação de pertencimento das pessoas às instituições democráticas, aos movimentos sociais tradicionais precisarão ser o centro do próximo processo.

O ano de 2018 não foi fácil. Mas há vida após a vitória de Bolsonaro, e os movimentos sociais provarão isso.

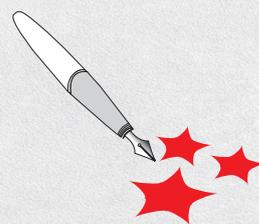


F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

EXPEDIENTE

O Boletim de Análise da Conjuntura é uma publicação mensal da Fundação Perseu Abramo. Diretoria Executiva: Marcio Pochmann (presidente), Isabel dos Anjos Leandro, Rosana Ramos, Artur Henrique da Silva Santos e Joaquim Soriano (diretoras/es). Coordenador da Área de Produção do Conhecimento: Gustavo Cudas. Equipe editorial: Ana Luíza Matos de Oliveira, Alexandre Guerra e Marcelo Manzano (economistas); Kjeld Jakobsen (consultor em cooperação e relações internacionais); Vilma Bokany e Matheus Toledo (sociólogos); William Nozaki (cientista social); Ronnie Aldrin Silva (geógrafo); Antonio Carlos Carvalho (advogado); Luana Forlini (internacionalista); Rose Silva, Pedro Simon Camarão e Isaías Dalle (jornalistas); Leo Casalinho e Pedro Barciela (análise de redes sociais). Revisão: Fernanda Estima. Editoração eletrônica: Camila Roma. Baseia-se em informações disponíveis até 13 de novembro de 2018.

BOLETIM DE ANÁLISE DA CONJUNTURA



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Rua Francisco Cruz, 234 - 04117-091
Vila Mariana - São Paulo - SP

www.fpabramo.org.br